



APRESENTAÇÃO DO CADERNO TEMÁTICO: “POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA: ANÁLISES E PROPOSIÇÕES”

Silvani dos Santos Valentim¹

*Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)
PPGET, Departamento de Educação. Programa Especial de Formação Docente
Belo Horizonte, MG, Brasil.*

Iraneide Soares da Silva²

*Universidade Estadual do Piauí, (UESPI - PI)
Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL. Programa de Pós-Graduação Cultura
e Sociedade (PPGCS), Teresina - Piauí - Brasil.*

O convite feito às pesquisadoras e pesquisadores para submeterem trabalhos para compor este CADERNO TEMÁTICO: **Políticas de Ação Afirmativa: análises e proposições** – integrante da edição v.13 n. Ed. Especial | Abril 2021, da Revista da ABPN, resultou nas contribuições que ora apresentamos. Como regularmente ocorre nestas ocasiões, a exiguidade de tempo e espaço nos priva de partilhar outros achados e pesquisas tão referenciais como as aqui apresentadas. Diante de uma abrangente gama de possibilidades analíticas pudemos fazer a seleção e conseguimos cobrir diferentes regiões

¹ Graduada em Pedagogia (UFMG); Mestra em Educação – Currículo e Instrução Pública (Michigan State University, USA); Ph.D. em Educação – Estudos Interdisciplinares Urbanos e Políticas Educacionais (Temple University, USA); Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica (PPGET), Departamento de Educação e Programa Especial de Formação Docente do CEFET-MG; Coordenadora do Projeto Afrociências (CNPq-Programa Ciências na Escola) e do Projeto Afrocientista (ABPN/Fundação Unibanco); Líder do Núcleo de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) e coordenadora da Coordenadoria de Gênero, Raça, Ações Afirmativas e Identidades (CGRAI) do CEFET-MG; Secretária Executiva da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). silvani@cefetmg.br, silvanisvalentim@gmail.com ORCID - <https://orcid.org/0000-0002-5798-2477>.

² Doutora em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia/UFU; Mestra em Educação pela Universidade Federal do Ceará/UFC; Graduada em História pelo Uniceub/DF. Professora do Departamento de História da Universidade Estadual do Piauí/UESPI e do Programa de Pós-Graduação Cultura e Sociedade (PPGCS). Coordena o SANKOFA - do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Memória da Escravidão e do Pós-Abolição da UESPI; Preside a Comissão de Heteroidentificação das políticas de Ações Afirmativas da UESPI. Está Coordenadora Nacional do Consórcio Nacional dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros/CONNEABS; E-mail: iraneidesilva@cpm.uespi.br e ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6136-0817>

do Brasil, momentos sócio-históricos plurais, elaborações diversas e academicamente sofisticadas.

Advogamos que os estudos sobre as políticas afirmativas devem incluir os debates reflexivos tanto nos espaços institucionais, quanto nos espaços políticos no campo da educação popular. Os Núcleos de Pesquisa e Estudos Afro-brasileiros (NEABs), os Núcleos de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs) e os inúmeros grupos correlatos estão a construir processos e articulações que nos comprometem de forma propositiva com as reflexões e ações pelas cotas raciais e por políticas robustas de ações afirmativas.

Quando reunimos o campo dos estudos sobre a diversidade, compreendida aqui como a reunião de tudo aquilo que nos diferencia uns dos outros, enquanto sujeitos, sobretudo por nos apresentarmos numa condição múltipla nos mais diversos aspectos, observamos que tal categoria se encontra numa ambiência ainda tensa, mediante a efetivação de “leis” e normatizações referentes às ações afirmativas, a exemplo do ensino de História Africana e Cultura Afro Brasileira, das políticas de cotas para estudantes negras (os) nas universidades, mulheres nos partidos políticos, garantia de inclusão plena das pessoas com deficiência, necessidades educacionais específicas e altas habilidades, ou as políticas afirmativas para comunidades Quilombolas e LGBTQI+, para darmos alguns exemplos.

Ao compreendermos a necessidade de produção e disseminação de temas referentes às políticas de ações afirmativas, envidamos esforços para reunir trabalhos e investigações que refletissem essas dinâmicas em instituições de ensino e nas experiências educacionais e socioculturais.

São estes trabalhos e investigações que apresentamos a seguir.

Com o título: INSTITUCIONALIZANDO AÇÕES AFIRMATIVAS NO IFPA: A RENNEABI E A HETEROIDENTIFICAÇÃO, Ana Célia Barbosa Guedes, Laurenir Santos Peniche e Mábia Aline Freitas Sales apresentam as experiências do IFPA no que diz concerne o fortalecimento de algumas políticas afirmativas. Nesse sentido, descrevem a construção da Rede de NEAB's, NEABI's e Grupos correlatos do IFPA (RENNEABI) como um importante mecanismo institucional de discussão sobre questões étnico-raciais e delineamento da aplicabilidade de políticas afirmativas. Apresentam, também, o processo de implementação das Comissões de Heteroidentificação instituídas a partir de fevereiro de 2021. As ações em Rede têm fortalecido as lutas pela efetivação das políticas

de Ações afirmativas no IFPA, sobretudo relacionadas à institucionalização da heteroidentificação, a qual é fundamental para coibir as possíveis fraudes nos processos seletivos. A Rede participou efetivamente da construção institucional bem como debateu inúmeras outras pautas relacionadas às políticas afirmativas.

COTAS PARA A POPULAÇÃO NEGRA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ: MOBILIZAÇÕES, IMPLEMENTAÇÃO E DESAFIOS, da autoria de Delton Aparecido Felipe e Lílian Amorim Carvalho, descreve e analisa como a partir do início do século XXI as discussões sobre a implementação de cotas para a população negra ganharam reverberação social. A Universidade Estadual de Maringá, localizada no norte do Paraná a 425 Km da capital Curitiba, não ficou de fora deste debate, mesmo que de forma tardia se compararmos com as primeiras IES que implementaram esta política de inclusão. Nesse sentido, este artigo apresenta como ocorreram os processos de mobilizações e articulações que levou a instituição a aprovação das cotas para população negra no processo de ingresso para os cursos de graduação na referida universidade.

ENSINO MÉDIO INTEGRADO E AÇÕES AFIRMATIVAS: O PERFIL RACIAL DISCENTE DO IFCE - CAMPUS JAGUARIBE, de Elimardo Cavalcante Bandeira Domingos, Juvenal Nogueira Diógenes e Cristiane Sousa da Silva, reafirma a importância de que se tomem as cotas raciais como estratégias para ampliação e consolidação dos Direitos Humanos a que muitos povos, como os indígenas e os negros historicamente não tiveram acesso. Os autores reafirmam que as instituições de ensino estão sendo povoadas por jovens e adultos das populações pretas, pardas e indígenas. Desta forma, podemos considerar que o perfil racial discente do IFCE Jaguaribe deixou de ser uma ampla maioria de estudantes oriundos das vagas destinadas à ampla concorrência e passou a ser uma instituição mais plural, possivelmente com mais estudantes que se reconhecem como os verdadeiros sujeitos de direito das políticas de ação afirmativa, se apropriando das mesmas.

O ENSINO DE CIÊNCIAS E A DESCONSTRUÇÃO DE NOÇÕES BIOLOGIZANTES E PSEUDOCIENTÍFICAS SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS: EM DEFESA DAS COTAS RACIAIS, de Geiseli Rita de Oliveira, Aracele Maria de Souza e Silvani dos Santos Valentim, analisa algumas ações de intervenção pedagógica no ensino de Ciências da Natureza e suas Tecnologias tomando o ensino de Ciências como um campo privilegiado para desconstrução de noções biologizantes e pseudocientíficas sobre ações afirmativas. Essa ação pedagógica no interior de uma escola está em curso.



Entretanto, o caminho trilhado pelos processos formativos até o presente momento fornece subsídios para produção de conhecimentos que demonstram a potencialidade do ensino de Ciências da Natureza, principalmente dos conceitos das Ciências Biológicas, posto que apresentam oportunidades singulares para contextualizações interdisciplinares sobre as questões de gênero, raça e das diversas faces do racismo à partir das controvérsias sociocientíficas sobre as políticas de ação afirmativa e as cotas raciais.

EDUCAÇÃO E AÇÕES AFIRMATIVAS, de Izanete Marques Souza, Eliana do Sacramento de Almeida e Ana Lúcia Gomes da Silva, objetivou apresentar reflexões teórico-práticas acerca das identidades (des) veladas nos processos formativos e das demandas atuais e urgentes para os docentes quanto às ações afirmativas. As autoras articulam educação e saúde com o fito de explicitar a urgência em ampliar – em alguns casos iniciar – o trabalho educativo sistematizado com o multiculturalismo crítico e transformador e com a interculturalidade, integrando também as questões da saúde e do bem viver, especialmente nas escolas quilombolas e indígenas. No tocante às políticas públicas de ações afirmativas, as autoras argumentam, permanecem ainda muitas práticas racistas, preconceituosas, excludentes e muitas delas acontecem em decorrência da ausência de ações formativas que coloquem os sujeitos dessas formações no lugar de analistas cujas críticas devem partir de embasamentos teóricos, históricos, filosóficos e antropológicos acerca das ações afirmativas para a equidade racial.

NEGROS NO AMAZONAS: CONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL E AÇÃO AFIRMATIVA, de Jéssica Dayse Matos Gomes e Renilda Aparecida Costa, discute a cultura amazônica e suas particularidades no que diz respeito às questões étnico-raciais. Argumentam que se deve considerar que a região não se limita à mítica predominância indígena. Na formação do pensamento social amazônico se propagou a crença no baixo quantitativo populacional negro como definidor de baixo impacto para a cultura regional, mito que se mantém devido em parte a conceitos étnicos errôneos generalizados e principalmente ao desconhecimento da produção bibliográfica sobre o tema no contexto regional, que é silenciada devido ao grande projeto civilizatório brasileiro do branqueamento. O reconhecimento de comunidades afrodescendentes no Estado no Amazonas contribui para que os próprios povos amazônicos assim como demais grupos e sociedades conheçam uma história que ainda não era evidenciada entre as que compõem a trajetória da complexa região amazônica. O estudo da cultura negra na região é de suma importância para o conhecimento da Amazônia multiétnica que



contemporaneamente é conhecida e evidenciada, mas ainda estudada com poucos olhares para a contribuição da população negra.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, PARA QUÊ? E PARA QUEM? UM ESTUDO SOBRE AS AÇÕES AFIRMATIVAS PARA NEGROS (AS) NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UnB. No contexto de tais indagações, Kelly Martins Bezerra e Renísia Cristina Garcia Filice destacam que o Programa de Pós-Graduação em Direito da UnB foi o primeiro programa da área jurídica do país a adotar cotas para negros/as e indígenas. Para além disso, o PPGDH-UnB reafirma o protagonismo da Universidade de Brasília, que foi a primeira Universidade Federal a aprovar a adoção de cotas étnico-raciais nos cursos de graduação. No entanto, passados cerca de quinze anos à época da finalização desta pesquisa, registra-se que é preciso continuar avançando. Este cenário levou ao estudo da reserva de vagas na pós-graduação, com foco nas singularidades do PPGDH. As autoras apresentam dados importantes sobre mestres e doutores e chamam atenção para a urgência de se repensar os currículos em curso na Universidade, de forma a acolher a diversidade destes corpos e mentes e outras epistemologias. Garantir a entrada, sobretudo a permanência na pós-graduação de grupos historicamente excluídos, ou seja: quilombolas, indígenas, negros/as, população LGBTQI+ e pessoas com deficiência exige acolher e partilhar de outras formas de conhecimento até então vistos como inferiores e subalternos.

O IMPACTO POLÍTICO-TERRITORIAL DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS: REFLEXÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA, de Maria Albenize Farias Malcher, evidencia a importância de se pensar políticas alinhadas às bases estaduais do movimento negro quilombola, em especial das associações quilombolas, sobre o contexto socioeconômico e político vivenciados pelas mulheres e homens quilombolas acerca da produção e geração de renda, os conhecimentos tradicionais e a relação com a biodiversidade nos seus territórios, a militância, organização e incidência política na garantia dos direitos das comunidades quilombolas e, sobretudo, das juventudes e das mulheres quilombolas. A autora chama à responsabilidade todo/as que fazem parte do movimento da educação antirracista e de valorização da diversidade que se propõem a romper com os vícios, desconstruir os estereótipos, preconceitos e a discriminação que por muito tempo a educação no Brasil veiculou e ainda se faz presente. A autora afirma que o/a educador/a deveria, por sua natureza ideológica e socialmente produzida, ser um/a agente de transformação atuante, criativo/a, crítico/a e antirracista.



AS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA E A INSERÇÃO DE ESTUDANTES NEGROS E INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, de Renilda Aparecida Costa e Lucia Maria Barbosa Lira, discute as políticas de ação afirmativa e a inserção de estudantes negros e indígenas nas universidades públicas brasileiras. Tal inserção permite novas perspectivas de ser e estar no mundo, no qual há uma estética, ética e uma subjetividade afro-indígena, com formas próprias de interagir na construção do conhecimento. Esta subjetividade impõe um desafio contemporâneo às instituições de ensino superior, que se desdobra em dois aspectos que as autoras consideram fundamentais para a superação das desigualdades e exclusões sócio-educacionais: a reestruturação dos espaços e práticas educativas, bem como a ampliação do campo conceitual de seus docentes, aliado às reformas curriculares nas instituições de ensino superior que devem incluir raça, classe, gênero, diversidade sexual e religiosa, questionando, dessa forma, a visão eurocêntrica com que estes conceitos foram construídos ao longo da história da humanidade, e a visão de superioridade inerente à racionalidade ocidental (branquitude) que também precisa ser superada. Mas, um obstáculo que se apresenta atualmente é fazer com que estas políticas de ação afirmativa sejam acessadas pelo público alvo que é constituído de negros e indígenas.

BREVES APONTAMENTOS SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ: EXPERIÊNCIAS COM AS BANCAS DE HETEROIDENTIFICAÇÃO, de Iraneide Soares da Silva, Cristiana Costa da Rocha e José da Cruz Bispo de Miranda, analisa a política de cota racial para acesso ao ensino superior em uma universidade estadual brasileira, especialmente a institucionalização das políticas de Ações Afirmativas e das Bancas de Heteroidentificação, que se baseia no fenótipo dos (das) candidatos(as) para validar ou não a autodeclaração. A base epistemológico-metodológica parte de uma reflexão crítica da política, entendendo que a construção dessa ação pública é fruto de embates e disputas entre atores com diferentes concepções de justiça social. Reconhecem que a política de cotas raciais para negros/as faz emergir o debate e defender uma universidade inclusiva e democrática, onde negros e não negros possam aprender e ensinar juntos e também corroborar com a luta antirracista tão necessária em todos os espaços, sobretudo, nos espaços institucionais de formação e acesso ao sucesso educacional e profissional.

Ao concluir esta apresentação, expressamos nossa gratidão pela parceria intelectual e política e por termos recebido trabalhos tão relevantes para pensarmos criticamente, e com perspectivas do norte ao sul do Brasil, a multiplicidade de visões e as especificidades envolvidas neste pensar.

Em 2022 a “Lei de Cotas”, sancionada por meio da Lei Federal 12.711/2012 (dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências) completará dez anos. Precisamos nos posicionar na dianteira deste debate. Os trabalhos aqui apresentados contribuem para este posicionamento e nos convocam a construirmos uma frente negra pelas ações afirmativas na educação, pelas cotas raciais, pela justiça curricular e equidade racial. As reflexões, análises, recomendações e proposições pela continuidade e aprimoramento das políticas de Ações Afirmativas já estão em curso na sociedade brasileira.